



análise da CTOC



PAULA FRANCO

CONSULTORA DA CÂMARA DE

TÉCNICOS DOS OFICIAIS DE CONTAS

A transição para o SNC: qual o papel dos empresários?

Estamos a três meses da maior mudança a nível contabilístico das últimas décadas, após a aprovação do Plano Oficial de Contabilidade. Sobre este passo muito se tem escrito, sobretudo nas revistas da especialidade dirigidas aos profissionais da Contabilidade, que têm dedicado muito do seu tempo a apreender os novos conceitos,

Objectivo: obter preparação para cumprir a sua missão da melhor forma.

Mas será que esta alteração só respeita aos profissionais? E os empresários, também estão preocupados com a transição, procurando informação e formação sobre o que fazer?

Parece-nos que sobre esta realidade os empresários se encontram algo alheados, entendendo que esta profunda transformação só diz respeito aos Técnicos Oficiais de Contas, facto que é totalmente irreal.

As modificações que nos aguardam são, em primeiro lugar, de contexto. Antes baseava-se em regras, passando agora a assentar em princípios, obviamente acarretando uma subjectividade e uma necessidade de tomada de juízos de valor que obriga a que a totalidade da informação esteja devidamente sustentada e justificada.

A quem compete, em primeiro lugar, esta tomada de decisões e de juízos de valor? Em termos técnicos, ao TOC, em termos dos pressupostos que permitem esse juízo de valor, claramente aos empresários/gerentes/administradores das empresas, uma vez que estes, como legítimos titulares das empresas, dominam melhor do que ninguém as verdadeiras e efectivas razões que estão na base de todas as decisões que se traduzam em factos patrimo-

niais na esfera da entidade.

Insuficiência da informação relatada

Outra das novas realidades com que nos deparamos com a alteração, agendada para 1 de Janeiro de 2010, é a aplicação de sanções pelo incumprimento de regras contabilísticas. Ou seja, pela primeira vez, a generalidade das empresas ficam obrigadas a respeitar os normativos contabilísticos, sob pena de lhes serem aplicadas coimas que podem variar entre 500 euros e 15 mil euros. O pagamento das coimas será suportado pela empresa e não pelo Técnico Oficial de Contas.

Posteriormente, se o facto inerente à aplicação da coima tiver a ver com negligência ou erro do TOC poderá vir a existir um direito de regressão aplicado ao profissional, mas não directamente imputável.

Sobre esta problemática importa alertar que a existência de informação contabilística incorrecta, isto é, que não cumpra as disposições constantes do novo normativo, e consequentemente possa estar sujeita às sanções previstas, na maior parte das situações poderá derivar da falta de informação que o órgão de gestão não disponibiliza ao Técnico Oficial de Contas – ou por entender que a mesma não é relevante para a contabilidade, ou por considerar que o TOC não deve ter acesso a todos os dados sobre a empresa, facto que inevitavelmente levará à insuficiência na informação financeira relatada.

Sem toda a informação disponível, as Demonstrações Financeiras dificilmente estarão correctas, afastando-se de uma imagem verdadeira e apropriada.

Para quem já conhece algumas regras do normativo internacional apercebe-se logo à partida, que as alterações são significativas, não só do ponto de vista operacional como também a nível dos principais conceitos e definições actualmente em vigor. Sobre esta questão importa referir o que constava das páginas 57 e 58 do “Relatório OE 2008” e, em particular, quando nesse documento se reconhece que “...a transição para o SNC constituirá um processo complexo e exigente, que implicará um esforço de adaptação das empresas e profissionais pelas alterações profundas que impõe na organização interna e nos procedimentos, devendo por isso ser preparada com a necessária antecedência. Deste modo, em ordem a proporcionar a oportunidade de uma ampla divulgação e de participação de todos os interessados, o Governo vai colocar o projecto de SNC em consulta pública, de forma e recolher sugestões e outros contributos para o respectivo aperfeiçoamento.”

Segundo refere a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), “o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) prefigura um modelo baseado em princípios e não em regras, aderente, portanto, ao modelo do IASB (International Accounting Standards Board) adoptado na União Europeia, mas garantindo a compatibilidade com as Directivas Contabilísticas Comunitárias. É um modelo em que se atende às diferentes necessidades de relato financeiro, dado o tecido empresarial que irá ser aplicado, e em que se permite uma intercomunicabilidade quer horizontal, quer vertical. Por último, pretende-se

que seja suficientemente flexível para acolher com oportunidade as alterações às normas do IASB adoptadas na União Europeia”.

Activo e imparidade

A necessidade de reorganização interna de procedimentos competirá aos órgãos de gestão, principalmente em relação à necessidade de relato que subjaz a todo o sistema.

Por exemplo, se forem avaliadas normas em concreto e as suas exigências, por exemplo, a NCRF 12 que se refere a imparidades de activos (desvalorizações excepcionais de activos/inutilização de activos ou perda de valor) o seu objectivo é o de definir os procedimentos que uma empresa deve ter para assegurar que os respectivos activos sejam escriturados (registados na contabilidade) por não mais do que a sua quantia recuperável (valor de uso ou justo valor dos activos). Isto é, quando um activo deixa de proporcionar benefícios económicos futuros, ocorre a sua imparidade e esta pode ocorrer a nível de um activo individual ou de um conjunto de activos, por exemplo, uma unidade fabril ou uma unidade de negócio. Neste caso, perante um activo escriturado contabilisticamente por um valor superior à sua quantia recuperável estamos perante uma imparidade e a norma (NCRF 12) exige que a empresa reconheça uma perda por imparidade. Quanto à forma de registo (contabilização) desta imparidade não temos dúvidas que a mesma compete ao TOC. Mas aquilo que teve na origem da evidência dessa imparidade é uma informação que terá que partir do órgão de gestão da empresa.

A própria norma estabelece nos parágrafos 5 a 8 como identificar/avaliar se um activo está ou não em imparidade e para tal prescreve que seja avaliado à data de cada balanço, se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade considerando para esse efeito fontes de informação externas e internas, a seguir descritas:

- Evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- A ocorrência durante o período ou num futuro próximo alterações significativas na empresa, que possam levar a alterações na forma como um activo é usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional à qual pertence um activo ou para alienar um activo antes da data previamente esperada;

- A existência de relatórios internos que indiquem que o desempe-

nho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado;

- O valor de mercado de um activo diminuir significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou uso normal;

- Alterações significativas externas com um efeito adverso na empresa, que poderão ter lugar no próximo futuro, no ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a empresa opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;

- Alterações nas taxas de juro de mercado ou outra taxa de mercado de retorno do investimento. Se aumentaram durante o período, e se esses aumentos afectarem a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo podem diminuir materialmente a quantia recuperável do activo, entre outros.

Pela análise do referido, não serão os TOC a avaliar os indicadores acima mencionados. Essa responsabilidade cabe ao órgão de gestão da entidade. Pelo que, podemos concluir que se o profissional não registar contabilisticamente uma imparidade por falta de informação e posteriormente for aplicada uma coima à empresa pelo incumprimento daquela norma a responsabilidade não poderá ser atribuída ao Técnico Oficial de Contas.

Também no que se refere aos Activos Fixos Tangíveis (actual imobilizado corpóreo), embora estes sejam inicialmente reconhecidos (contabilizados) pelo seu custo de aquisição, posteriormente poderá existir a obrigação de este ser registado por uma quantia revalorizada que corresponderá ao seu justo valor à data, menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas de imparidade acumuladas subsequentes.

Obviamente que para a concretização desta revalorização é necessária a existência de um mercado activo que permita a avaliação do justo valor, podendo ser necessário neste caso recorrer-se a avaliadores profissionais qualificados (por exemplo, quando estamos a falar de imóveis) que sustentarão a fiabilidade da mensuração para se poder proceder à revalorização e que consequentemente irá alterar o valor dos activos. No caso concreto, a responsabilidade também não é do profissional da Contabilidade, mas mais uma vez do órgão de gestão da entidade, que deverá promover as avaliações necessárias para sustentar a informação que irá ser reflectida na contabilidade e nas Demonstrações Financeiras.